

funções da justiça eleitoral

▷ função jurisdicional

▷ função executiva (administrativa)

▷ função legislativa

▷ função consultiva

↳ **função jurisdicional**: ramo especializado do poder Judiciário Federal que atua desde o alistamento eleitoral até a diplomação dos eleitos.

° obs: o processo eleitoral compreende 6 fases:

1- alistamento eleitoral

4- propaganda política

2- convenção partidária

5- votação e apuração de votos

3- registro das candidaturas

6- proclamação e diplomação dos eleitos

art. 14, §10 CF

→ a competência da Justiça Eleitoral não termina com a diplomação, pode haver a fase recursal.

→ **Matéria interna corporis**: não é de competência da Justiça Eleitoral, mas de justiça comum.

↳ **função executiva**: cabe a Justiça Eleitoral a organização, preparação e administração do processo eleitoral, seja de eleições, plebiscitos e referendos.

Lei 9504/97 - art. 41, §2º

→ Poder de Polícia da Justiça Eleitoral deve ser sempre proporcional e residual, sob pena de ameaçar à liberdade de expressão.

▷ o **poder de polícia**, exercido pelo juiz não pode incidir sobre a liberdade de manifestação e pensamento na propaganda Eleitoral. O poder de polícia deve ser utilizado pl inibir práticas ilegais, não podendo o juiz, de imediato, impor multas aos infratores da lei.

↳ **função legislativa**: o legislador concedeu ao próprio Poder Judiciário, e não ao legislativo, a prerrogativa de densificar o conteúdo de normas gerais produzidas pelo próprio Legislativo.

O poder regulamentador da Justiça Eleitoral é limitado, não podendo estabelecer restrições sem embasamento legal.

↳ função consultiva:

→ regra do poder judiciário: princípio da inércia.

art. 23, XII e 30. VIII CE → Exceção à Justiça Eleitoral.

↳ Trata da competência do TSE e dos TREs p/ responder as consultas em tese, nos Estados e DF.

As consultas devem ser realizadas por autoridades públicas e partidos políticos. Quando for do TSE devem ser autoridade pública federal e órgão nacional do partido político.